



PROTOCOLO Nº 0598, 2022

Fls. _____ Liga _____ Horas _____
Rio Bananal - ES Em 18 de 11 de 2022

Câmara Municipal de Rio Bananal

Estado do Espírito Santo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 079 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

"DISPÕE SOBRE A DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS (AUC) E A DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP), NOS TERMOS DO QUE ESTABELECE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A LEI Nº 14.285, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BANANAL, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei trata sobre as faixas marginais de cursos d'água em área urbana consolidada e para consolidar as obras já finalizadas nessas áreas.

Art. 2º. Para construções como moradias, comércios, depósitos e afins em Lotes de área urbana consolidada, ampliação ou alteração do projeto de construção em andamento, é exigida delimitação de áreas de preservação permanente uma área de faixa não edificável de 5 (cinco) metros de projeção em planta baixa, a partir da borda da calha do leito regular do curso hídrico, exceto muro nos casos que se fizer necessário. Observando o art. 4º a linha III -B da Lei Federal 14.285 de 2021 e suas sucessoras.

Art. 3º. Todo e qualquer tipo de construção, muros, moradias, comércios, depósitos e afins, que forem novas e de baixo impacto ambiental, deverá preceder de Aprovação de projeto e Alvará para construção, acompanhado de autodeclaração do proprietário que se trata de atividade de baixo impacto ambiental (conforme elencado entre as atividades classificadas como dispensadas de licenciamento ambiental estabelecidas em decreto municipal vigente) conforme modelo em anexo, devendo atender a esta legislação e as demais Leis e Normas vigentes.

§1º. Estão isentos, do que dispõe o artigo acima, as reformas e restauros, sem ampliação ou alteração do projeto da construção e área construída, comprovando a existência de construção antes de 22 de julho de 2008, sendo esta data utilizada como marco temporal;

§ 2º. O projeto apresentado deverá incluir estudo técnico, com suas respectivas ART's / RRT's, que demonstre a melhoria das condições ambientais, devendo conter, no mínimo, os seguintes elementos:



Autenticar documento em <http://spl.camarariobananal.es.gov.br/autenticidade> com o identificador 31003600300037003A005000; Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.



Câmara Municipal de Rio Bananal

Estado do Espírito Santo

I - Caracterização da situação ambiental da área a ser regularizada;

II - Especificação dos sistemas de saneamento básico;

III - Proposição de intervenções para a prevenção e o controle de riscos geotécnicos e de inundações com aprovação da Defesa Civil Municipal;

IV - Recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização;

V - Comprovação da melhoria das condições de sustentabilidade urbano ambiental, considerados o uso adequado dos recursos hídricos e a não ocupação das áreas de risco;

VI - Garantia de acesso público na área não edificável e aos corpos d'água tanto quanto possível;

VII - A indicação das faixas ou áreas em que devem ser resguardadas as características típicas da Área de Preservação Permanente com a devida proposta de recuperação de áreas degradadas

VIII - A avaliação dos riscos ambientais;


IX - Levantamento topográfico indicando a borda da calha do leito regular do curso hídrico.

§ 3º. Não será permitido acúmulo de resíduos na área não-edificável estabelecida, sendo obrigatório incluir no projeto que será aprovado o projeto de gestão de resíduos com suas respectivas ART's / RRT's.

Art. 4º Não será permitida a ocupação em terrenos sujeitos a inundações antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas, projeto arquitetônico/estrutural observando a manutenção da estabilidade do talude e a manutenção da vazão de enchente.

Art. 5º A vegetação nativa de porte arbóreo situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, na faixa de área não edificável prevista no art. 2º.

§ 1º. Considera-se vegetação de porte arbóreo todo vegetal lenhoso que apresenta, quando adulto, o DAP superior a 0.05 metro (= 5 centímetros).



Autenticar documento em <http://spl.camarariobananal.es.gov.br/autenticidade>
com o identificador 31003600300037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.



Câmara Municipal de Rio Bananal

Estado do Espírito Santo

§ 2°. Entende-se por DAP o diâmetro à altura do peito, que é o diâmetro do caule da árvore a uma altura de 1,30m (um metro e trinta centímetros), medindo a partir do ponto de interseção entre a raiz e o caule.

Art. 6°. O Proprietário e/ou possuidor deverá promover compensação ecológica equivalente ao dobro da área de APP intervinda (lote/propriedade) na mesma microbacia ao qual se insere nos termos da Lei Federal nº5.361/1996.

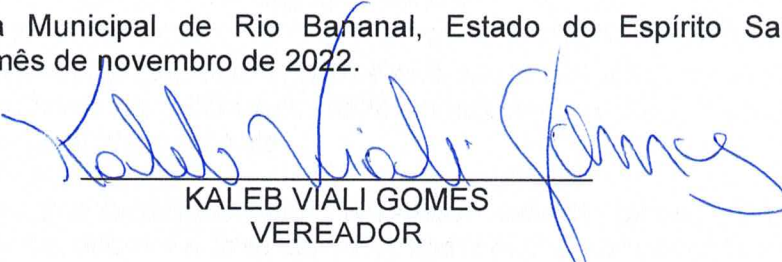
Art. 7°. As áreas não-edificáveis definidas no artigo 2° desta Lei poderão ser computadas como área permeável a título de aprovação de projeto e liberação de alvará de construção.

Art. 8°. O Poder Executivo poderá regulamentar essa Lei através de ato próprio.

Art. 9°. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Rio Bananal, Estado do Espírito Santo, aos 16 (dezesseis) dias do mês de novembro de 2022.


KALEB VIALI GOMES
VEREADOR

